

A inquisição no Ceará – Governos, segredos e dogmas

Posted on **January 01, 1970** by **Jaqueline Aragão Cordeiro**

Um homem do governo da Capitania do Ceará Grande também caiu na lista da Inquisição. Na carta-denúncia, enviada pelo padre Antonio José Cavalcante ao comissário do Tribunal do Santo Ofício Joaquim Marques de Araújo, em 8 de dezembro de 1802, o palavreado não poupava Francisco Luís de Mariz Sarmiento:

“Não só tem mofado e mettido à bulha publicamente os preceitos da Igreja, os seus sacramentos e actos de piedade os mais santos uteis e necessários; mas tão bem tem commettido a sacrílega temeridade de insultar directamente mesmo Deos na adorável pessoa do Espírito Santo”.

Sarmiento era secretário do governo no Ceará, que justamente naquele ano era exercido por uma junta governativa. Fazia exatamente um mês que havia morrido o primeiro governador do Ceará Grande, Bernardo Manuel de Vasconcelos. Sarmiento, “homem acreditado, instruído, influente”, fora tratado na mesma carta por “miserável, desgraçado homem”, acusado de blasfêmias e libertinagem.

O padre, morador da Villa de Fortaleza, listou argumentos e reclamava “falta de providências”. As difamações a Deus e aos dogmas religiosos teriam sido por Sarmiento em missas que faltava costumeiramente ou incentivando que familiares ou conhecidos também não frequentassem. Até bate-boca por isso teria acontecido com um vigário da Villa Nova do Arronches (hoje bairro Parangaba).

Sarmiento teria aversão à vida mística, segundo o registro. O padre o denunciou também por consumir “livros proibidos”. Entre eles, La Philosophie du bons sens (A Filosofia do Bom Senso), de Jean-Baptiste Boyer D’Argens (1722-1759), e La Antiquité dévoilée par ses usages (A Antiguidade Desvendada por seus Hábitos), de Nicolas-Antoine Boulanger (1704-1771). Assim como a vigilância aos fiéis, a Inquisição também fazia cerco a publicações que considerasse ousadas demais.

A mais agressiva das delações foi a de que Sarmiento, agora chamado de “monstro da maldade, triste desgraçada victima da lascívia”, “cometeu pecado de molice (?) com um índio parvulo” (párvulo, pequenino) nos fundos da casa de um padre, e logo após ter se confessado.

Não foram mesmo meias palavras contra o então secretário. O denunciante falou de “notícias de 1800” e disse que Sarmiento “foi já penitenciado em Lisboa, segundo dizem pelo Santo Tribunal da Inquisição”. O POVO procurou registros desta afirmação no acervo da Torre do Tombo, em Portugal, mas não conseguiu localizar nenhum documento a respeito.

Francisco Luís de Mariz Sarmiento era casado com Maria Amélia de Figueiredo. Tinham um filho, Alexandre Maria de Mariz Sarmiento, que inclusive veio a ser contador-geral do Tesouro e foi um dos fundadores, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A família Mariz Sarmiento teve até título de nobreza em Portugal. Mas a Inquisição não perdoava de antemão. A queixa do padre Cavalcante chegou às mãos dos inquisidores. O comissário enviou comunicação em 21 de janeiro de 1803. Virou processo (nº 13.977). O arquivo da Torre do Tombo só consta a carta do padre. Em 1802, a Villa de Fortaleza tinha pouco mais de 3 mil habitantes. O caso deve ter virado fofoca fácil na época.

Acompanhe matéria publicada no [Jornal O Povo](#) de 23 de maio de 2010. Jaqueline Aragão Cordeiro

Posted in: [A Inquisição No Ceará](#) | | With 0 comments
